

Ode à coleção *Polícia da Corte*

Ode to the *Court Police* collection

Carolina Cabral Ribeiro de Almeida

Doutoranda em História
Universidade Federal Fluminense
carolinacabralra@gmail.com

Recebido em: 14/11/18

Aprovado em: 24/12/18

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar brevemente a história da coleção *Polícia da Corte*. Nele pretende-se demonstrar como a cultura material africana, já na última década da escravidão, tornou-se objeto de interesse do diretor do *Museu Nacional*, sendo seu núcleo básico os objetos apreendidos pela polícia nas chamadas “casas de dar fortuna”. Após o “desfortuno” ocorrido ao Museu Nacional, faço desse registro uma homenagem à coleção.

Palavras-Chave: Museu Nacional, coleção, cultura negra.

Abstract: This article proposes to briefly present the history of the *Polícia da Corte*. It is intended to demonstrate how the african material culture, since the last decade of slavery, became the object of interest of the director of the National Museum, with its basic core objects seized by the police in so-called “casas de dar fortuna”. After the "misfortune" happened to the National Museum, I make this record a tribute to the collection.

Keywords: National Museum, collection black culture.

Os percalços das casas de “dar fortuna”

No final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro era ocupada em sua grande parte por africanos e seus descendentes. Essa ocupação, era então demarcada por espaços urbanos de sociabilidade e sociabilidade criado por eles. Entre esses espaços, estavam as chamadas casas de “dar fortuna”. Das trocas sociais e culturais que pairavam estes recintos, achavam-se rituais religiosos.

De acordo com o *Código Criminal de 1832*, não era proibido a prática de cultos que não fossem o oficial do império, desde que não perturbasse a vizinhança e que a arquitetura do local não fosse similar à de um templo. Embora houvesse essa tal liberdade, as práticas religiosas dos

negros na Corte eram enquadradas em outros crimes do *Código de 1832* e dos *Códigos de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal*. Na segunda parte do *Código de Postura de 1870*, encontramos a parte referencial à Polícia, nela se encontram os seguintes títulos e restrições. Em seu *título IV*, sobre vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública, o parágrafo sete informa serem proibidas as “casas conhecidas vulgarmente pelos nomes de casas de zungú e batuques”.

Frente a ignorância das autoridades a respeito dos rituais e práticas dos negros na Corte, encontramos a generalização das práticas e confusões dos termos. Com isso, uma casa de zungú, um batuque e uma casa de “dar fortuna” poderiam ser indistintamente confundidos. Neste parágrafo do *Código* encontramos ainda a punição sobre os infratores: os donos ou chefes de tais casas seriam punidos com pena de oito dias de prisão e 30\$000 de multa.

Já no *título X*, sobre diversos meios de manter a segurança, comodidade e tranquilidade dos habitantes. O vigésimo oitavo parágrafo determinava a proibição dentro de casas e chácaras, batuques, cantorias e danças de pretos que pudessem incomodar a vizinhança. O dono da chácara ou casa seria multado em 10\$000. Mais uma vez os batuques, cantorias e danças, que poderiam estar presentes nos rituais de uma casa de “dar fortuna” eram vetados.

Na *Postura de 1844*, no artigo 33 é expresso que seriam absolutamente proibidos todos e quaisquer ajuntamentos, tocatas, danças e palavras ofensivas da moral pública. Os infratores também pagariam multa. O que podemos entender com a leitura destas posturas é que mesmo não havendo menção ao termo, as práticas e cultos das casas de “dar fortuna” eram indiretamente atingidos.

Assim como discorreu Flávio Gomes (SOARES; GOMES; FARIAS, 2005. p. 85), não somente como uma “válvula de escape” ou *resistência em si*, tais *batuques*, ajuntamentos, *calundus*, fugas intermitentes, e acrescento as “casas de dar fortuna”, tanto produziam medos confortáveis como inquietas tranquilidades no cotidiano da Corte Imperial. O autor ainda afirma que a proximidade, o misturar-se, provocava temores, arrefecia ânimos, e produzia igualmente termômetros na sociedade. Desde o início do século XIX, o ajuntamento de negros causava medo na classe senhorial.

Partindo desse pressuposto, as casas de “dar fortuna” estavam na mira do aparato policial. Vezes, por denúncias, as casas levavam batidas, os praticantes eram presos e todos os objetos eram apreendidos, no intuito de que estas ações os impediriam de realizar os rituais. Segundo

jornais e os documentos encontrados em posse do *Museu Nacional*, esses objetos eram levados ao depósito da Polícia da Corte. Acredito que pela grande quantidade de batidas realizadas no final do século XIX, houve um amontoamento no depósito e parte dos objetos foram queimados, contudo, a partir de setembro de 1880, o destino desses objetos passa a ser outro.

As peripécias de Ladislau Netto

Ladislau de Souza Mello e Netto era um alagoano, nascido em 18 de março de 1838, anos depois de formado em botânico e doutor em Ciências Naturais pela Universidade Sorbonne, se torna o diretor da Seção de Botânica do *Museu Nacional*. Nomeado pelo Imperador D. Pedro II, dirigiu o *Museu Nacional* no período de 1874-1884 como diretor interino e de 1884 -1893 como diretor efetivo. O imperador tinha o intuito de fazer do então museu, uma instituição de grandes exposições e extenso aprendizado científico, assim, foi o apoio do Império que tornou Ladislau Netto o cientista mais influente de sua época. Aquele que antes se dedicava à diretoria apenas da Seção de Botânica, passou a se dedicar não só à parte administrativa do museu, como também ao setor científico. Ele mesmo confessa que os interesses do *Museu Nacional* haviam de ser os seus próprios interesses e a existência dele como que a sua própria existência (DUARTE, 1950, p. 121). O posterior diretor do Museu, João Batista de Lacerda (1895-1915), é sarcástico ao escrever o *Fastos do Museu Nacional* quando relata que no íntimo se sua consciência, Ladislau Netto parafraseou o dito celebre de Luís XIV – o Museu sou eu.

Por meio do seu interesse pela Etnologia, pelas teorias raciais e sob a influência dos debates que caminhavam pela Corte, juntamente ao seu instinto de colecionador e o intuito de obter donativos para aumentar as coleções do museu, em 23 de agosto de 1880, o então diretor do Museu envia um ofício ao Chefe da Polícia da Corte, o desembargador Serafim Muniz Barreto. Neste documento, o então diretor do *Museu Nacional*, relata a saber a existência de objetos africanos que foram apreendidos nas chamadas “casas de dar fortuna” na Secretaria da Polícia. É neste mesmo ofício que se encontra o primeiro pedido de que fossem confiados os mesmos objetos ao dito museu, alegando que estes estariam à disposição da polícia para qualquer esclarecimento ou estudo e mostrando que neles havia grande interesse científico e etnológico para o conhecimento dos costumes africanos.

Ainda nesta mesma data, 23 de agosto de 1880, Serafim Muniz Barreto, responde a Ladislau Netto dirigindo tais objetos ao *Museu Nacional*. Junto ao documento enviado pelo chefe da polícia, encontra-se uma relação com 96 peças, incluindo facões, ventarolas, argolas, campainhas, bacia, guizos, penteiros, pentes, taças, mesa e pedaços de metais. Com base nos documentos encontrados ao longo da pesquisa, pode-se afirmar então que foi no ano de 1880 que houve a primeira “doação” de objetos apreendidos nas “casas de dar fortuna” da Polícia da Corte ao *Museu Nacional*, e a continuidade deste ato que se perdurou até o final da década de 1880, precisamente no ano de 1887.

Recebidos os donativos, o diretor seguiu com o que seria a primeira doação da Secretaria de Polícia da Corte para o *Museu Nacional*. Após esse primeiro contato, quatro dias depois, no dia 27 de agosto, Netto envia um comunicado ao Conselheiro Manoel Buarque de Macedo, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que dava ciência ao ministro sobre os donativos feitos pela polícia, ressaltando mais uma vez sua importância para aquela instituição: “(...) *todos os objetos apreendidos pela Polícia as casas denominadas “de dar fortuna” e que são na maior parte artefatos africanos, de grande valor etnológico (sic) (...)*” [grifo nosso] (BR.MN.RA7 D7 p. 154-155 – 27.08.1880). Por fim, o diretor alagoano exprime ter a honra de remeter ao ministro e secretário, por cópia, a lista com a relação dos objetos. Neste ofício podemos conferir o valor e prestígio que dava Ladislau Netto ao donativo, uma vez estando em posse do Museu, o diretor achou necessário levar ao Ministério a notícia de que sua demanda havia sido correspondida. Em resposta ao informativo, o ministro Manoel Buarque de Macedo encaminha à Ladislau a seguinte ordem: “autorizo a VM^a para agradecer ao mencionado Bacharel, em nome do Governo Imperial, tão importante donativo”.

O tempo passava e Ladislau Netto sentia a necessidade de reforçar o seu pedido. Em 17 de junho de 1884 o alagoano envia ao Conselheiro Tito Augusto Pereira de Mattos, chefe de polícia, o seguinte apelo:

Illm^o e Ex^{mo} Snr. Constando existirem na Secretaria da Policia da Corte inúmeros artefatos africanos, que podem com grande proveito para a Secção de Etnografia deste Museu serem aqui representados ao lado de muitos outros, de dessa mesma Repartição havemos recebido já em outras épocas, rogo a V. Ex^a se digne dar as necessárias ordens afim de que sejam os referidos artefatos entregues ao empregado deste Museu, portador do presente ofício (BR.MN.RA.8.D8 p.128 – 17.06.1884).

Tito Augusto Pereira de Mattos, assim como todos os outros chefes, cede aos anseios do diretor. Ainda em junho, Netto roga à Tito que “se digne dar suas ordens para que todos os objetos da mesma natureza de ora em diante apreendidos sejam remetidos ao *Museu Nacional*”. Ladislau, sentia a necessidade de reforçar sua missão e fazia. Deste modo o diretor do *Museu Nacional* estreitava seus laços com a Polícia da Corte e alimentava seus interesses.

Em diversos ofícios endereçados aos chefes da Polícia da Corte, e que se enquadram no período de 1880-1887, são facilmente encontradas expressões que atestam o valor e a relevância que tais objetos poderiam ter para Netto. Em vários documentos, o diretor aponta que os mesmos seriam: “artefatos africanos, de grande valor etnológico”; “tão importante donativo”; “que podem com grande proveito para a Seção de Etnografia deste Museu”; “numerosos e valiosos objetos de origem africana, os quais vão enriquecer, digo figurar na parte respectiva da Seção Etnográfica”; “O Museu Nacional, graças aos presentes análogos feitos até hoje por essa Repartição, tem aumentado consideravelmente as suas coleções africanas”. Em vista disso, podemos notar a significação atribuída pelo diretor às coisas apreendidas pela polícia, como também o esforço do alagoano em adquirir esses objetos e aumentar as coleções do Museu. Ladislau demonstrava real interesse nas peças.

Com vínculo estabelecido entre a Secretaria de Polícia da Corte e o *Museu Nacional*, Ladislau Netto não demonstrava somente o valor dos objetos para ele, como também sugeria ao chefe da polícia a serventia das doações: “É mais um serviço que V. Ex^a terá prestado ao país e, em particular ao Museu” [grifo nosso] (BR.MN.RA.9.D9 p.18 – 18.01.1886). O alagoano destacava seus “protestos de alta consideração e particular estima” a este serviço. Para ele, a relevância das doações e principalmente a importância dos objetos ultrapassava os muros do Museu.

Depois de muito pesquisar no Setor de Memória e Arquivo – SEMEAR, nas fichas catalográficas, livros tombo do Setor de Etnologia e Etnografia – SEE do *Museu Nacional* sobre a formação da Coleção *Polícia da Corte*, ousou dizer que o ofício datado em 24 de maio de 1887 é o último apelo de Ladislau Netto à Secretaria de Polícia da Corte associado aos objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna”. Além do já conhecido apelo, Netto nos dá uma nova informação referente ao seu interesse. Neste último documento, ele demonstra cobiçar “em particular os ídolos encontrados entre esses objetos”. Pela primeira e última vez, o diretor tinha um pedido mais específico. É neste mesmo dia que a série de documentos correspondentes ao diálogo entre

as duas instituições se encerra. Contudo, apesar de encerrada a correspondência, ela nos deixa a possibilidade de uma contínua e próspera movimentação de doações da polícia ao museu.

Illm° Senr.

Respondendo ao officio que Vs^a se serviu dirigir me em data de hoje pedindo a remessa de objetos apreendidos nas casas chamadas “de dar fortuna”, cabe me declarar a Vs^a que não tenho a menor dúvida em ceder tais objetos para esse estabelecimento, agora e em qualquer outra oportunidade que se ofereça, satisfazendo assim o desejo de Vs^a.

Deus guarde a Vs^a

Illm° Dr. Ladislau Netto, Diretor Geral do Museu Nacional

Chefe da Polícia

João Coelho Bastos (BR.MN.DR.AO Pasta 26 doc 27 - 24.05.1887)

As peças eram apreendidas nas chamadas “casas de dar fortuna”, espaços que geravam negociações e conflitos entre os negros e as autoridades locais. Eram diversas as batidas policiais realizadas nestes recintos na década de 1880 no Rio de Janeiro. Nas páginas dos jornais cariocas, podemos encontrar noticiados alguns desses conflitos. Como por exemplo, a notícia realizada sobre a batida realizada na Rua Príncipe dos Cajueiros nº 236, que consegue mostrar o quanto era profusa a apreensão de objetos nestes espaços:

Por toda parte a imundice era grande, e numerosos eram os extravagantes objetos que se encontravam ali reunidos. [...] Entre o grande número de objetos arrecadados pela polícia distingue-se, além de 2 cabritos e 4 jabotis, os seguintes: um cesto com crânios e cabeças de cabritos, 7 peles d’estes, argolas de diversos tamanhos, 1 frigideira com búzios grudados a uma substância que parece argamassa e em fôrma de bolo [sic], chocalhos de diversos tamanhos e qualidades, tambores africanos, colares, um baú com roupas de fantasia e muitos outros que seria longo mencionar. (*Gazeta de Notícias*, 25 de setembro de 1879)

Alguns discriminados, outros não. Era assim que apareciam as apreensões de objetos nos jornais, vezes apontados como bugigangas. A apreensão deles era necessária, sem os objetos não poderiam os praticantes realizar seus cultos. No dia 09 de maio de 1881 encontramos em uma notícia do periódico *Gazeta da Tarde* onde há atribuição de valor aos objetos apreendidos. Após relatar a prisão de quatro pessoas, a notícia revela que também foi dada “voz de prisão a umas bugigangas arqueologicamente preciosas que lá encontraram”. O que seriam estas “bugigangas arqueologicamente preciosas”, não saberemos. Contudo, sabemos que aquela pessoa quem escreveu a nota lhe atribuiu juízo de valor. Valor esse que foi ressignificado por Ladislau Netto por meio dos pedidos encaminhados à Secretaria de Polícia da Corte. Esta ressignificação, não só

atribuía valor às peças como também reiterava o flerte e interesse do diretor do *Museu Nacional* pela Etnologia, e especificamente neste caso, pela cultura negra.

Em ofício expedido em 18 de janeiro de 1886, o cientista alagoano traz a seguinte informação: “*Illm^o e Ex^{mo} Snr. Rogo a V. Ex^a se digne expedir as necessárias ordens para que sejam remetidos a este Museu os objetos apreendidos ontem, n’uma casa de dar fortuna*” [grifo nosso] (BR.MN.RA.9.D9 p.18 – 18.01.1886). A certeza deste intelectual sobre a batida poderia ter vindo de informantes, amigos da polícia, ou do grande veículo de informação da época, o jornal. Acredito ter sido através dos jornais que o influente diretor do *Museu Nacional*, Ladislau de Souza Mello e Netto, soube da existência de objetos referentes à cultura material africana nos depósitos da Secretaria de Polícia da Corte.

Como resultado, teria início a composição da Coleção *Polícia da Corte* e o aumento considerável da coleção africana do *Museu Nacional*. No primeiro ofício desta série encontramos uma relação com mais de noventa objetos enviados ao Museu. Uma vez estabelecida tal atividade num período de sete anos, é concebível admitir um grande número de objetos dando entrada na instituição científica. Fundamentado na pesquisa realizada na documentação encontrada, estima-se que a Secretaria de Polícia da Corte tenha remetido ao *Museu Nacional*, um número irrefutavelmente maior que cem, no total de objetos. Infelizmente, a quantidade exata de objetos não pode ser confirmada pela carência de informações ou listagem que os discriminam ou apontam a quantidade ou data que determinado objeto foi entregue ao Museu.

A Coleção *Polícia da Corte*

Antes de nos debruçarmos sobre a Coleção *Polícia da Corte*, é importante que saibamos a respeito do lugar em que ela se encontra. É necessário que tomemos nota do espaço que ela ocupa dentro do *Museu Nacional*, e que outras coleções podem estabelecer vínculos com ela. O Setor de Etnologia e Etnografia, vinculado ao Departamento de Antropologia do *Museu Nacional*, hoje possui em sua reserva técnica um acervo onde podemos encontrar aproximadamente 42.000 peças adquiridas de maneiras diversas, de lugares distintos, em diferentes épocas. Dentro dela; está a *Africana*.

A *Africana do Museu Nacional* é uma coleção formada por aproximadamente setecentas peças. Este nome lhe foi dado pela Professora Dr^a. Mariza de Carvalho Soares durante o projeto, iniciado em 2013, sob sua coordenação, com financiamento do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, onde foi reorganizada a coleção africana do Setor de Etnologia e Etnografia – SEE do *Museu Nacional*, reunindo assim peças até então dispersas nos armários da reserva técnica do setor. O período de realização deste projeto coincidiu com meu estágio¹ no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu e por isso, pude fazer parte dele como pesquisadora e colaboradora. Um dos produtos efetivados neste período foi a exposição de longa duração intitulada *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio*, inaugurada no dia 14 de maio de 2014, e que continua exposta no *Museu Nacional*.

Anteriormente, a mesma coleção fora estudada pelos antropólogos Raul Lody e Helio Vianna. Enquanto Lody admitia divulgar o “magnífico acervo do *Museu Nacional* e ampliar fontes de consultas sobre arte africana e relações com a arte brasileira” (LODY, 2005, p. 190.), além de se preocupar com o estudo dos objetos de toda coleção etnológica africana, pensar na construção de identidades dos negros dentro dos museus brasileiros, Helio Vianna, antropólogo do Setor de Etnologia e Etnografia, estudava os objetos relacionados ao candomblé no século XX. Embora não tenham organizado a coleção, estes estudos contribuíram, com levantamento parcial da *Africana*, para os estudos atuais.

Esta coleção, é composta em sua maioria por objetos confeccionados e coletados no século XIX, onde se encontram coleções em que a proveniência e aquisição foram agregadas de maneiras diversas. Segundo a historiadora Mariza de Carvalho Soares e a museóloga Rachel Corrêa Lima é possível afirmar que tal coleção é indiscutivelmente a mais antiga e importante coleção de objetos de procedência africana hoje reunida nas instituições públicas do país (SOARES; LIMA, 2013, p. 339). As primeiras peças têm seus registros no primeiro livro tomo do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional* foram adquiridas em 1818, quando foi inaugurado o Museu Real, enquanto as últimas peças foram registradas no ano de 1936, já nos últimos livros².

Entre permutas e doações, a *Africana* possui diversas “coleções”. Aqui a palavra coleção é utilizada no contexto das entradas de peças no *Museu Nacional* que foram dadas em conjuntos de

¹ O estágio era complementar a graduação de bacharelado em História. Neste estágio além de trabalhar junto à Mariza Soares no projeto em torno da Coleção Africana do SEE, era bolsista de iniciação científica com o Professor Dr. João Pacheco de Oliveira.

² Antes do incêndio, o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional contava com 22 livros tomo em sua reserva técnica.

objetos, onde cada um dos conjuntos, é entendido como uma coleção dentro da *Africana*. Além da coleção *Polícia da Corte*, encontra-se a coleção *Adandozan*, formada por presentes enviados pelo Rei Adandozan, rei do Daomé, atual Benin. Em 1811 o rei africano enviou ao príncipe D. João, futuro D. João VI de Portugal, uma lista de presentes. Na lista constavam um trono, uma bandeira de guerra, duas bolsas de tabaco. Entre outros “objetos” encontravam-se quatro mulheres e dois homens dos quais não se tem mais notícias. Os presentes vieram junto à uma embaixada daomeana que veio ao Brasil em 1811 negociar melhores condições para o comércio de escravos entre o Brasil e Daomé (SOARES; LIMA, 2013, p. 351). Em 1818, estes objetos foram inseridos no acervo inaugural do Museu Real³.

No decorrer do século XIX até meados do século XX diversos objetos foram acrescentados, enriquecendo e ampliando o acervo do atual Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*. Em documento do ano de 1844 da então Seção de Antropologia do *Museu Nacional*, encontra-se a listagem das peças presenteadas a D. João, todas qualificadas como provenientes dos povos da “África Inculca” (BR.MN.DR.AO Pasta 02 doc. 185. 1844).

Entre os anos de 1888 e 1892 constam apenas peças da Seção de Botânica nos registros de entrada de objetos do *Museu Nacional*, os objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna” não figuravam nesses documentos. Talvez porque o interesse de Ladislau Netto em adquirir mais peças tenha cessado, pois as peças doadas já tinham lhe bastado. Outra hipótese seria a mudança do chefe da polícia, e a suspeita de que este novo não tinha conhecimento dos acordos estabelecidos entre a Secretaria de Polícia da Corte e o *Museu Nacional*. Ou até mesmo de que o(s) chefe(s) da polícia deste período esperava outra solicitação de Netto, reforçando seu interesse, para que fossem enviados ao Museu mais objetos.

De certo, se houve novo requerimento por parte do alagoano, não foi encontrado durante a pesquisa realizada para este trabalho. Com base nos documentos localizados, podemos assegurar que as doações da Secretaria de Polícia da Corte ao *Museu Nacional* tiveram seu início e fim na década de 1880. E conseqüentemente, essa foi a década da formação da coleção hoje compreendida como *Polícia da Corte*. Em relação ao destino dessas peças após sua entrada no

³ Inaugurado em 1818 por Dom João VI, o Museu Real foi criado na intenção do estímulo do conhecimento científico no Brasil. Foi este o primeiro nome do então, do Museu Nacional. Sobre a incorporação dos presentes enviados pelo Rei Adandozan a D. João no acervo do Museu Nacional.

Museu, desconhecemos outras informações se não aquelas expostas por Ladislau em suas solicitações e os registros de entrada, sem indícios de como e onde foram condicionadas⁴.

As peças na reserva técnica do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional* podem ser identificadas principalmente de duas maneiras, através das fichas catalográficas do setor e pelos livros tombo. Nas fichas catalográficas do SEE, não encontramos sequer a menção da instituição policial na procedência das peças do século XIX. Ou melhor, há uma única menção, contudo se trata de objetos adquiridos pelo Museu já no século XX e, portanto, não faz jus a coleção aqui estudada. Nestas fichas podemos encontrar informações de procedência e proveniência dessas peças, como por exemplo, onde elas foram feitas ou o nome do doador, ou ainda a que coleção elas pertencem, seguida da numeração das peças. Entretanto, após olhar todas elas, a única informação que as fichas catalográficas nos possibilitaram foi a existência de peças registradas no terceiro livro tombo do SEE provenientes de “negros africanos”.

Pelas fichas catalográficas conseguimos notar que todas as peças listadas no livro tombo, que na sua descrição contém dados relacionados à África, como por exemplo: “bastão de madeira – Luanda - África”, ou “pente de madeira dos Saheli – África” ou até mesmo “pulseira negros africanos” foram discriminadas da mesma forma. Como provenientes de negros africanos.

Uma das maiores dificuldades encontradas na realização da pesquisa destes objetos africanos, se dá pelo fato de que as primeiras peças, registradas no livro de registro de 1818, são denominadas como “africana” no sentido de vinda da África ou como “africana” no sentido de produzida por ou obtida de africanos (ou seus descendentes), no Brasil (SOARES; LIMA, 2013, p. 340). Com isso, a identificação destas peças torna-se algo complicado.

Em vista da precariedade de informações sobre as peças, além de não conseguirmos identificar o real significado de “africana” ou “negros africanos”, é difícil identificar a que peça o livro tombo se refere. Algumas peças não estão numeradas, ou com número apagado, outras sem etiquetas que podem ter caído com o tempo, talvez por descuido na conservação. Descuido esse não ou apenas pelos pesquisadores, mas acredito que por uma falta de investimento no Museu e/ou naquele Setor.

⁴ Nas investigações históricas e científicas do Museu Nacional, publicadas por Ladislau Netto em 1870, o diretor revela que os objetos de cada seção estavam condicionados em diversos armários, que aparentemente pertenciam a sala das respectivas seções. Deste modo, sugerimos que os objetos doados pela Polícia da Corte foram condicionados em armários da Seção de Arqueologia, Etnografia e Numismática.

Deste modo, as informações obtidas no Setor de Etnologia e Etnografia não foram suficientes para saber a real procedência destes objetos “africanos”. Era sabido que elas provinham de “negros”, mas não se sabia que negros eram esses, quem havia doado ou vendido essas peças, como tinham chegado ao museu. Buscando as respostas, chegamos no Setor de Memória e Arquivo do *Museu Nacional* – SEMEAR. Após consultar os livros de entrada de peças, os livros do porteiro e correspondências enviadas ao Museu, nos deparamos com algumas informações que faltavam sobre aquelas peças e principalmente, descobrimos a existência de uma nova coleção dentro do SEE, e da atual *Africana*, a Coleção *Polícia da Corte*.

Nos estudos já mencionados e realizados sobre a coleção africana e etnológica do *Museu Nacional*, podemos encontrar análises sobre peças que hoje sabemos ser parte da Coleção *Polícia da Corte*, entretanto, não há nos mesmos estudos este discernimento. Como sua descoberta se deu apoiada nas pesquisas do já referido projeto, pela falta de informação, são apenas os estudos mais recentes, isto é, realizados a partir de 2014, que promovem a existência dessa coleção.

Durante o projeto realizado no Museu e coordenado pela Professora Dr. Mariza Soares, cerca de cem objetos foram localizados na reserva técnica do SEE e identificados como pertencentes a Coleção da *Polícia da Corte* pela equipe do projeto, da qual eu fazia parte. É correto afirmar que a série de ofícios entre a Secretaria de Polícia da Corte e Ladislau Netto, já apresentada, é o único material escrito que temos sobre a entrada destes objetos no Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*. Por meio dela podemos apontar a existência da coleção. Todas as peças doadas para esta coleção estão relacionadas às práticas religiosas e sociais africanas no Brasil. Este aspecto nos é sugerido quando levamos em consideração que todas as peças foram apreendidas nos espaços denominados “casas de dar fortuna”.

Diante das dificuldades, as peças indicadas como parte da coleção foram reconhecidas pela lista dos objetos enviados ao Museu em 1880, pela coincidência das datas entre os ofícios trocados entre Ladislau Netto e a Secretaria de Polícia da Corte, pelos registros de entrada no Museu e pela similaridade com objetos de rituais afro-brasileiros. Diante deste fato e tantas dúvidas, infelizmente, mais da metade dos objetos que constam como doados não foram identificados dentro da atual “coleção africana do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*”. A ausência das pesquisas de Ladislau Netto sobre estes objetos, a não constatação da proveniência e procedência destes e de outros objetos no livro tombo e nas fichas catalográficas

do setor, estabelecem estas dificuldades. Todavia, aqueles objetos que foram localizados e identificados na reserva técnica do SEE se encontram em bom estado de conservação.

Os objetos da Coleção *Polícia da Corte* fazem parte da história da repressão à cultura negra na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. São coisas que foram apreendidas violentamente de seus donos num período em que o Brasil caminhava para a abolição. Aqueles objetos que eram confiscados no intuito de impedir que as práticas das casas de “dar fortuna” perdurassem, faziam parte da cultura material dessa gente oprimida.

Apesar de noticiadas as batidas policiais nos jornais contendo o endereço das casas, não sabemos de que casa de “dar fortuna” vieram determinados objetos, se vieram da mesma casa ou de diferentes. Outra informação que não tem como ser obtida é quando certo objeto chegou ao *Museu Nacional* e nem qual chefe de polícia fez a doação. Conforme fora mencionado em capítulo anterior, com exceção da listagem enviada por Serafim Muniz Barreto (BR.MN.DR.AO Pasta 19 doc 54 – 23.08.1880), não há vestígios sobre quem doou os demais objetos. A informação constatada é a de que todo material que compões esta coleção chegou ao Museu na década de 1880, precisamente entre os anos de 1880-1887.

Dos objetos que deram entrada no *Museu Nacional* neste período, hoje, compõe a Coleção *Polícia da Corte* um número inexato de peças. Trata-se de aproximadamente 120 objetos identificados como parte da coleção, entre eles encontramos flechas; argolas; pentes; fetiches;

Sobre as peripécias do diretor do *Museu Nacional*

Ladislau Netto teve a intenção de preservar e soube valorizar os objetos apreendidos nas “casas de dar fortuna” como peças de museu. Ele ansiava obter aquela parte da cultura material africana para os avanços dos estudos etnográficos e para o aumento e enriquecimento do acervo do *Museu Nacional*. O estudo de indígenas e africanos fazia parte do registro da evolução da humanidade. Como foi notado na obra de Lilia Schwarcz, era preciso “entender a degeneração racial humana, para depois supor uma futura evolução”. O simples desejo do diretor em guardar objetos de uma cultura bárbara no intuito de desenvolver conhecimentos científicos, estava também calcado em ideais progressistas e civilizatórios presentes no mundo intelectual.

Mais que um anseio pessoal, a decisão de Ladislau, fazia parte de investimentos científicos para o país. Como estabeleceu a antropóloga Lilia Schwarcz, os museus etnográficos no século XIX, utilizavam-se de argumentos evolucionistas que os permitiam explicar cientificamente as

diferenças, classificar espécies e localizar pontos de atraso. Schwarcz ainda ressalta que, na busca pelas explicações, essas instituições coletavam “exemplares preciosos que atestavam as especificidades desse ‘exótico país’, mas também ajudavam a comprovar a origem do problema racial”. É certo que o problema social brasileiro também era enxergado por Netto.

O cientista deixou claro nos artigos publicados na *Revista da Exposição Antropológica de 1882*, sua opinião sobre a barbárie que contemplava os povos indígenas e africanos. E por isso, pode-se assimilar a ideia de que um dos motivos do botânico buscar essas peças na Secretaria de Polícia da Corte, ia de encontro com o que salientou Schwarcz. Diretor de um museu etnológico, é presumível que no interesse de Ladislau também havia o intuito de atestar especificidades e comprovar essa origem do problema racial brasileiro.

O alagoano era um grande incentivador dos estudos indígenas no Brasil, neste caso, vimos que o interesse de Netto em estudar os indígenas ia além de teorias de branqueamento. Contudo, não se pode dizer o mesmo sobre o estudo dos negros. No que diz respeito à *Coleção Polícia da Corte*, por exemplo, nenhum trabalho fora escrito. Entretanto, o esforço em recolher os objetos apreendidos e os poucos artigos de Netto que abordam a temática africana, nos mostra que o interesse dele pelos negros e sua cultura não era nulo. Uma hipótese a ser pensada sobre o investimento de Ladislau aos estudos de africanos no Brasil, seria a de que ele acreditava que assim como os povos indígenas, os africanos iriam desaparecer dentro da sociedade brasileira e por isso aquela cultura deveria ser guardada como símbolo de um passado que deveria ser estudado na posteridade.

No período de 1880-1887, em nenhum de seus artigos⁵ que compõem as edições trimestrais da *Revista Arquivos do Museu Nacional*, Ladislau escreve sobre as peças apreendidas e doadas pela polícia. Apesar de ter sido iniciada em 1880, nenhuma menção ao supracitado donativo é feita na *Revista da Exposição Antropológica de 1882*. E ao que constam nos jornais e no *Fastos do Museu Nacional*, não estavam presentes nas salas da Exposição, as peças apreendidas nas casas de “dar fortuna”. Remetendo à obra já citada de Lacerda, sustento essa indagação quando pode ser levado em consideração o fato de que as peças doadas pela secretaria não foram registradas como procedentes da Polícia da Corte no livro tombo do museu.

⁵ Tais artigos foram intitulados: *Do Atavismo*, p. 4-5; *Da Tatuagem*, p. 14; *Do Corte Artificial dos Dentes*, p. 46-47.

Outro fato a ser considerado é a falta de registro sobre essa coleção formada a partir de objetos apreendidos pela Polícia da Corte nas fichas catalográficas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu, conto também com a ausência de registros acadêmicos que falem a respeito da mesma. Os objetos retirados dos negros à força e que foram valorizados pelo diretor do *Museu Nacional* e reforçados pelo Secretário de Estado do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, não tiveram tamanha relevância na hora de serem registrados.

Considerações Finais

Talvez tenha faltado tempo para o diretor do *Museu Nacional* se debruçar sobre o estudo desses objetos. Contudo, é intrigante, perceber que todo o esforço feito por Ladislau não fora reconhecido por outros pesquisadores. A entrega de objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna” ao *Museu Nacional*, não fora notificada em nenhum trabalho ou artigo até o projeto coordenado pela Professora Doutora Mariza de Carvalho Soares. Para os pesquisadores contemporâneos, uma hipótese para elucidar a lacuna estabelecida na história da Coleção *Polícia da Corte*, seria a de que devido a dificuldades de reconhecimento das peças dentro do próprio Museu e da falta de registros catalográficos, tornou-se intrincado o conhecimento da existência desta coleção. Até o dito projeto, era possível saber da presença dos objetos dentro do acervo do Museu, mas não era possível identificar de onde eles tinham vindo. Depois de mais de cem anos de guarda da coleção para estudos, estes finalmente foram realizados, como queria Ladislau de Souza Mello e Netto.

O intento de Netto foi atendido, entretanto, nos dias de hoje, não há como pensar a história dele e dessa coleção sem nos remetermos à intempérie vivida por esta instituição, hoje, mais do que nunca, é necessário contar e ressaltar a importância desses objetos não só para um cientista do século XIX, como também para a cultura afro-brasileira nos dias de hoje. Se Ladislau era o museu, com o incêndio, ele morreria mais uma vez. Se antes, partes dos objetos eram queimados pela polícia, agora foram queimados pelo descaso à ciência pelas autoridades brasileiras. No momento em que esse artigo está sendo escrito, ainda não se tem notícias sobre o destino dessa coleção. Não há informações sobre a sobrevivência dela à tragédia. Entretanto, faço deste, uma homenagem e uma nota ao espaço conquistado por ela na História e nossa memória.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS AO MUSEU NACIONAL. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pastas 19 docs. 54, 57 e 59; Pasta 20 doc. 139; Pasta 21 doc. 61; Pasta 23 doc. 105; Pasta 25 doc. 20; Pasta 26 doc. 27. MN.DR.AO.

OFÍCIOS do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e à Secretaria de Polícia da Corte. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Livro 7, BR.MN.RA.7.D7; Livro 8, BR.MN.RA.8.D8 e Livro 9, BR.MN.RA.9.D9.

Fichas Catalográficas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Livros Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Bibliografia

BRASIL. *Código Criminal (1830)*. Recife: Typographia Universal, 1858. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221763>> Acesso em: 08 de outubro 2018.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista: a produção, a circulação, e a recepção da Revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BENCHETRIT Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org). **Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

CABRAL, Carolina. “Coleção Polícia da Corte”. In: SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos; LIMA, Rachel Corrêa; **Conhecendo a Exposição Kumbukumbu do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Monografia de Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 66f.

_____. **Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. 205 f. CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 302 f.

CÓDIGO DE POSTURAS DA ILUSTRÍSSIMA CÂMARA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, 1838-1893.

DUARTE, Abelardo. **Ladislau-Netto, 1838-1894**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Setembro de 2007. 336 f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 22 maio. 2018.

LACERDA, João Batista. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Imprensa Nacional, 1905.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª ed.

MUSEU NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2007.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. Disponível em: <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0055/0055.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In Enciclopédia Einaudi, vol.1. Memória – História. Porto: Imp. Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

REVISTA ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1876-1887. Disponível em <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br/periodicos>>. Acesso em: 17 out. 2018.

REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/periodicos>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SCHWARCZ, Lillia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Corrêa. *A Africana do Museu Nacional*: história e museologia. In: AGOSTINI, Camilla (Org.) **Objetos da Escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 337-360, 2013.